



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6773

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Repassa Recursos, Firma Convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações do Executivo

Autoria: Executivo Municipal

Data: 24/04/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 112/2007. Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros e firmar convênio com as entidades: Fundação Hospitalar de Montes Claros/Hospital Aroldo Tourinho, Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros/Santa Casa, Fundação de Saúde Dilson de Quadros Godinho e Hospital Universitário Clemente de Faria/Unimontes, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 3.725, de 17/05/2007).

Controle Interno – Caixa: 21.1 **Posição:** 67 **Número de folhas:** 06

Espécie: PL
Categoria: Repasse de recursos
Cl: 21.1
Ordem: 67
nº fls: 04



38/2007
08.05.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 112 /2007

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Repassar Recursos Financeiros e Firmar Convênio com as Entidades que Menciona, e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

Entrada em – 24/04/2007

Comissão de Finanças Orçamento e Toma de Contas

- 1 -
- 2 - APOUADO EM REGIME DE URGENCIA
- 3 - EM 08.05.2007
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI Nº _____/2.007.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS E FIRMAR CONVÊNIO COM AS ENTIDADES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, autorizado a repassar recursos financeiros destinados ao Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais – PRO-HOSP 2.006/2.007, Módulo Macrorregional, no valor de R\$ 6.272.475,20 (seis milhões, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos) e firmar convênio com as entidades que menciona, com as seguintes dotações orçamentárias:

- Fundação Hospitalar de Montes Claros/Hospital Aroldo Tourinho – PRO-HOSP.....R\$1.568.118,80 (hum milhão, quinhentos e sessenta e oito mil, cento e dezoito reais e oitenta centavos)

- Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros/Santa Casa – PRO-HOSP.....R\$2.822.613,84 (dois milhões, oitocentos e vinte e dois mil, seiscentos e treze reais e oitenta e quatro centavos)

- Fundação Dílson de Quadros Godinho – PRO-HOSPR\$627.247,52 (seiscentos e vinte e sete mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)

dotação: 18.02 – 10.302.0066.4019/335041 – R\$5.017.980,16

- Hospital Universitário Clemente de Faria / UNIMONTES – PRO-HOSPR\$1.254.495,04 (hum milhão, duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quatro centavos)

dotação: 18.02 – 10.302.0066.4019/333041 – R\$1.254.495,04

Art. 2º. Para satisfazer e atender o repasse de que trata o *caput* do artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação orçamentária, no valor de R\$1.231.980,16 (hum milhão, duzentos e trinta e um mil, novecentos e oitenta reais e dezesseis centavos):

Dotação: 1802.10.302.0066.4019/33.50.41 – R\$1.231.980,16

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Montes Claros, 16 de abril de 2.007


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAM
ENTO TOMAR CONTA
EM 24 DE ABRIL DE 2007

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR
RÉGIME DE URGÊNCIA
EM 08 DE MAIO DE 2007

PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 16 de abril de 2.007.

Ofício nº: PJ /030/2.007

Assunto: Projeto de Lei

Serviço: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente,

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei com o qual pretendemos repassar recursos financeiros destinados ao Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais – PRO-HOSP, Fase III – Módulo Macrorregional, no valor de R\$6.272.475,20 (seis milhões, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos) e firmar convênio com as seguintes entidades:

- Fundação Hospitalar de Montes Claros / Hospital Aroldo Tourinho;
- Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros/Santa Casa;
- Hospital Universitário Clemente de Faria/ UNIMONTES
- Fundação Dílson de Quadros Godinho.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, levando-se em consideração a necessidade de melhoria da qualidade dos hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde em Minas Gerais, acreditamos que, V. Exa e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres Vereadores nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

DD. Presidente da Câmara Municipal

Nesta



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº ____/2007 QUE “Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros e firmar convênio com as entidades que menciona.”, de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


A competência para a solicitação de autorização para a celebração de convênio com o repasse de recursos financeiros é de iniciativa do Executivo Municipal, inclusive com suplementação orçamentária.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade no referido projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 25 de abril de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

SALA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 112/2007

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Repassar Recursos Financeiros e Firmar Convênio com as Entidades que Menciona, e dá Outras Providências

I- RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Executivo Municipal, "Autoriza o Poder Executivo Municipal a Repassar Recursos Financeiros e Firmar Convênio com as Entidades que Menciona, e dá Outras Providências.

A proposição foi distribuída à Comissão em 24/04/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 27/04/2007.

Compete à Comissão de Finanças e Orçamento, nos termos regimentais, emitir parecer sobre matéria a ela submetida.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei, em exame, autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros destinados ao Programa de Fortalecimento e Melhoria dos Hospitais – PRO-HOSP 2006/2007, o valor de **R\$ 6.272.475,20 (seis milhões, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos)**, assim discriminados:

- Fundação Hospitalar de Montes Claros/Hospital Aroldo Tourinho – **R\$ 1.568.118,80 (um milhão, quinhentos e sessenta e oito mil, cento e dezoito reais e oitenta centavos)**.
- Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros/Santa Casa – **R\$ 2.822.613,84 (dois milhões, oitocentos e vinte e dois mil, seiscentos e treze reais e oitenta e quatro centavos)**.
- Fundação Dílson de Quadros Godinho – **R\$ 627.247,52 (seiscentos e vinte e sete mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)**.
- Hospital Universitário Clemente de Farias/ UNIMONTES – **R\$ 1.254.495,04 (um milhão, duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quatro centavos)**.

Nos termos da Lei Orgânica, cabe ao Poder Executivo promover repasses financeiros, com a indicação das respectivas dotações orçamentárias e ainda firmar convênios com entidades assistenciais.

Desta forma segue a conclusão:

III – CONCLUSÃO

Como ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao interesse local visando o bem estar da sua população, esta Comissão é favorável à aprovação do referido Projeto de Lei pelo Plenário.

Sala das Comissões, 04 / 05 2007

Presidente: Ver. José Marcos Martins de Freitas

Vice-Presidente: Ver. Ademar de Barros Bicalho

Relator: Ver. Antônio Silveira de Sá



